

I CONGRESSO INTERNACIONAL DE NET-ATIVISMO

06 a 08 de novembro de 2013, São Paulo, Brasil

GT6 – Da democracia representativa para a democracia digital

Crise de representatividade e o uso de tecnologias digitais

Daniela Ades¹

Eduardo Alves Lazzari²

Resumo: Algo que caracterizou as manifestações ocorridas em junho de 2013 no Brasil foi a aversão que a população sentia das instituições democráticas, sobretudo partidos políticos. Mas também ficou evidente a importância que as tecnologias digitais tiveram na mobilização dessas pessoas. Num contexto mais amplo, essas manifestações foram a síntese de uma insatisfação generalizada que ocorre nas democracias ocidentais e também do potencial que as tecnologias digitais têm para incrementar a participação política. Nesse artigo trataremos, portanto, das transformações sociais que produziram essa crise de representatividade e de como as tecnologias digitais podem contribuir para a diminuição ou superação dessa crise. O artigo é uma tentativa inicial de intensificar o debate entre Teoria da Comunicação e Ciência Política.

Palavras-chave: representação, TIC, democracia digital.

¹ Graduanda em Jornalismo pela Escola de Comunicação e Artes da USP e membro da Equipe Executiva do Instituto Democracia e Sustentabilidade.

² Bacharel em Relações Internacionais pela PUC-SP, graduando em Ciências Sociais (USP) e membro da Equipe Executiva do Instituto Democracia e Sustentabilidade.

Abstract: Something that characterized the demonstrations occurred last June in Brazil was the aversion that the population felt of the democratic institutions, especially political parties. But it also became clear the importance that digital technologies had in mobilizing those people. In a broader context, those demonstrations were the epitome of a generalized dissatisfaction that occurs in Western democracies and also the potential that digital technologies have in increasing political participation. Hence, this article will analyze the social changes that produced this crisis of representation and how these ICT can contribute to the decrease or solution of this crisis. This article is an initial attempt to intensify the debate between Communication Theory and Political Science.

Keywords: representation, ICT, digital democracy.

Introdução

De imediato, faz-se necessário expor o caráter conservador do presente trabalho. Por conservador exprimimos a que ele se propõe, a saber, fomentar a discussão que se encontra, atualmente, num estágio inicial entre Teoria da Comunicação e Ciência Política. Mais especificamente, evidenciar as possíveis pontes que coloquem em contato direto participação política e tecnologias digitais, a fim de reduzir um déficit representativo latente das democracias ocidentais.

Achamos importante a ressalva à luz da bibliografia utilizada e a dificuldade em inferir acerca dessa relação. Isto é, observou-se que os membros da academia que se debruçaram sobre a relação referida acima são, predominantemente, provenientes das escolas de comunicação e filosofia. Dessa forma, com o espaço que nos é dedicado e o atual estágio do saber nesta área seria ingênuo propor conclusões a estes problemas. Em suma, nosso objetivo nesse trabalho é de apresentar ao leitor um esboço de para onde pode seguir o debate sobre o incremento da participação política a partir das tecnologias e ferramentas digitais que transformaram a forma como a mensagem passou a ser emitida e recebida no mundo.

Para tanto, delinearemos na primeira seção os processos e movimentos que engendraram certo déficit representativo, partindo da análise do governo representativo e suas próprias transformações e, brevemente, daquilo que entendemos por democracia digital.

Posteriormente, faremos um apanhado do que está sendo feito hoje no Brasil a respeito das ferramentas digitais de participação política. Por fim, exporemos nossas considerações finais a respeito do tema, seus questionamentos e problemas para a Ciência Política e para a relação entre representantes e representados.

I. Da representatividade na democracia de público

O que caracterizou o funcionamento das democracias foi, sobretudo após a Revolução Francesa no século XVIII, seu caráter representativo, ante a inviabilização de uma democracia direta.

Talvez o exemplo mais evidente de democracia direta foi a *Ágora* ateniense. Constituindo-se como espaço público de tomada de decisões, o espaço tornou-se referência na forma com que decisões deveriam ser tomadas. Tornou-se mister a participação da coletividade nesses processos. O valor dominante que respalda o regime é a necessidade de que as decisões sejam tomadas de comum acordo com os atores políticos considerados relevantes.

No entanto, tal processo é inviável numa coletividade que no caso brasileiro, por exemplo, atinge 200 milhões de pessoas. A saída para o problema foi o governo representativo.

Mesmo com a definição de representantes, a essência do governo democrático permanecia inalterada. Ou seja, conciliava-se a existência de instituições que comportavam e moderavam a oposição existente e inescapável de qualquer coletividade, produzindo consensos, ao mesmo tempo em que se assegurava governabilidade e estabilidade ao regime.

Bernard Manin aponta os quatro princípios fundamentais do governo representativo. Eles são: i) os representantes são eleitos pelos governados; ii) os representantes conservam uma independência parcial diante das preferências dos eleitores; iii) a opinião pública sobre assuntos políticos pode se manifestar independentemente do controle do governo e; iv) as decisões políticas são tomadas após debate.

Em sua obra, o autor tratará, portanto, de fatores sociais que transformaram a forma com que esses princípios eram assegurados, sem nunca suprimi-los. Ademais, as transformações são tão evidentes que permitem a periodização do governo representativo, a partir de suas metamorfoses. Apenas para méritos explicativos, o autor discorre sobre três fases do governo representativo, a saber, a democracia parlamentar, a democracia de partido e, por fim, a democracia de público.

Interessa-nos a passagem da segunda para a terceira, pois esta metamorfose e como os partidos políticos foram impactados por ela que engendraram, em nossa interpretação, o déficit de representatividade que nos referíamos na seção anterior.

A democracia de partido é inaugurada com o sufrágio universal. Utilizando a terminologia de Robert Dahl (1972), o sufrágio universal garantiu, por um lado, ampla

participação política, por outro, ao permitir a participação de todos, aumentou o grau de competitividade na arena política. Isto é, setores da sociedade civil, notadamente setores ligados aos trabalhadores, sejam urbanos ou rurais, poderiam criar suas próprias instituições para ingressar na arena política.

Entende-se, portanto, o porquê do nome desta fase do governo representativo. Os partidos políticos passaram a representar grandes setores da sociedade, que, organizados, tinham estreitos laços com a cúpula desses novos partidos que, por conseguinte, levava a uma grande proximidade com o próprio Estado.

Atentemos para esse movimento retidamente. Partidos políticos são “endo-instituições” (Aldrich, 1995). Em outras palavras, partidos políticos são inerentes ao funcionamento do regime democrático. Isso acontece, porque ao longo das atividades legislativas, os parlamentares percebem que os benefícios de atuações conjuntas e coletivas são maiores do que se agissem individualmente, e recompensam os custos de serem coagidos por uma coletividade, o partido político.

Este foi um movimento característico da democracia parlamentar. No momento em que o sufrágio universal se institucionaliza, criam-se oportunidades para que sindicatos, por exemplo, se organizem e atuem nas vias institucionalizadas de competição política. As características específicas no momento de criação desses “novos” partidos políticos exigiam uma estrutura que comportasse grandes contingentes populacionais.

Portanto, a imagem que progressivamente moldou as expectativas que cidadãos tinham dos partidos de sua sociedade era de partidos estreitamente ligados a seus simpatizantes, com uma retórica específica e mobilizadora – não para toda sociedade, mas para o setor ou *eleitorado fiel* que o partido representava –, além da manutenção de canais de diálogo intensos entre representados e seus representantes. O que era, em certa medida, garantido pelas instâncias de discussão criadas nesse novo partido político.³ Como aponta Maurice Duverger em sua obra seminal “Os Partidos Políticos”, estavam criados os partidos de massa.

Assim, os representantes continuavam a ser escolhidos pelos representados, no entanto, com um grau de participação nessa sociedade muito maior. A opinião pública

³ Ver Duverger (1951).

passou a ser fortemente impactada pelos meios de comunicação partidários, notadamente a mídia impressa. O fórum de discussão deslocou-se da assembleia nacional para o interior dos partidos políticos. Mas, o mais importante para nós, a independência parcial dos representantes foi reduzida pela proximidade que se estabeleceu entre representantes e representados, a partir de uma organização partidária robusta e complexa.

Empregando termos muito em voga atualmente na Ciência Política, a *accountability* nesta fase do governo representativo era garantida através do partido político. Vale dizer, portanto, através de instituições privadas, o que implica uma relação estreita, vide a proximidade que seus participantes têm entre si.

Todavia, o quadro foi invertido com a ocorrência de quatro fenômenos sociais que transformaram, mais uma vez, o governo representativo. Foram mudanças comunicacionais, “funcionais”, sociopolíticas e estratégicas que inauguraram o que Manin chamou de “democracia de público”.

As mudanças comunicacionais vieram em decorrência do ingresso dos veículos de comunicação de massa. Como coloca Trivinho (1996), os veículos de comunicação de massa pressupõem a transmissão e recepção a distância de produtos por uma única via, isto é, mediam formas culturais informando e servindo ao ouvinte apenas a informação, sem oferecer-lhe possibilidade de participação.

Para o processo político isso representou o esvaziamento da figura do militante partidário. Com o advento dessa tecnologia, o candidato a qualquer cargo público eletivo apresentava-se na sala do eleitor. Por um lado, isto implicou num distanciamento, no processo de formação de agenda, entre candidato e eleitor. Por outro, uma projeção eleitoral massiva e televisiva exigia um produto, como colocado acima, atrativo ao público. Em suma, se anteriormente o candidato competitivo é aquele respaldado pelo partido político, nesse contexto, é o comunicador.

A mudança que aqui chamamos de funcional diz respeito às funções que o Estado atribuiu para si ao longo da segunda metade do século XX. Com o final da Segunda Guerra Mundial, avultou-se e ganhou força nas democracias ocidentais a necessidade de se garantir condições mínimas de vida para os cidadãos de uma coletividade.

Em outras palavras, o sociólogo alemão Simmel, ao discorrer acerca da filosofia do dinheiro, coloca que pelo fato do dinheiro ter caráter nivelador, isto é, capaz de igualar todos qualitativamente, implica que qualquer diferença quantitativa na posse do dinheiro, converte-se em uma desigualdade qualitativa.

Ao final da segunda grande guerra, percebeu-se que as diferenças qualitativas promovidas pelas diferenças quantitativas do dinheiro expunham a sociedade a extremismos, como o nazi-fascismo e o comunismo. A resposta foi garantir direitos sociais a todos, a ponto de essas diferenças serem relevadas ou consideradas secundárias na vida em coletividade. Formava-se o Estado de Bem-Estar Social.

Esse Estado reivindicava para si uma série de atribuições, partindo da saúde, educação, até segurança e previdência. Ora, o candidato deste regime precisava tornar sua plataforma de governo inteligível ao público. Se por um lado ele é constrangido pela obrigatoriedade de formular um programa de governo atraente ao público e, por outro, é condicionado a projetar-se de forma inteligível ao mesmo público, sua plataforma de governo não poderá ser tão específica quanto era na democracia de partido. Criam-se plataformas mais genéricas e, por seu grau genérico, distancia-se do dia a dia dos cidadãos, gerando, portanto, um distanciamento ainda maior entre representantes e representados.

Vale dizer que a partir daí que advém o título dado pelo autor a esta fase do governo representativo. O candidato competitivo é o comunicador, ao passo que o eleitorado vê o processo político como público das decisões tomadas pelos próprios candidatos e marqueteiros, atribuindo um caráter reativo ou responsivo ao voto.

Por sua vez, as mudanças sociopolíticas são explicadas pela reconfiguração do eleitorado nas democracias ocidentais, não só o brasileiro. Se os partidos de massa expostos acima emergiram a partir da necessidade que grandes setores da sociedade tinham de que se vissem representados e concretizassem objetivos básicos e consensuais no interior destes setores, foi também a partir da segunda metade do século XX que esses partidos ascenderam ao poder.

À medida que ascendiam ao poder, os partidos foram, de fato, atendendo às reivindicações de seu eleitorado fiel. No entanto, essas reivindicações eram os elementos unificadores desses setores. Assim, ao desaparecer, o eleitorado se

dispersava. Consequentemente, os partidos viam-se impedidos de se projetarem para um único grupo da sociedade, viam-se obrigados a reformular sua estratégia para que todo o cidadão, a despeito do estamento em que ele se encontrava, se tornasse um eleitor em potencial. O movimento contribuiu, portanto, para um distanciamento inescapável da sociedade e Estado, pelo intermédio de partidos políticos, que reconfigura o governo representativo.

Por fim, a mudança estratégica só pode ser compreendida a partir do reconhecimento da importância da institucionalização do sufrágio universal. Este exigia que os partidos que não eram de massa⁴ readequassem suas estratégias de campanha. Em outros termos, se associarmos os partidos de massa àqueles partidos progressistas ou trabalhistas, seus competidores não poderiam, num contexto de sufrágio universal, disputar nenhuma eleição se não se aproximassem das classes trabalhistas. Como coloca Kirchheimer (1966), há uma redução da bagagem ideológica do partido para evitar atritos com qualquer eleitor daquela sociedade. Contribuindo, mais uma vez, por um afastamento da relação entre indivíduo e sociedade.

O que queríamos mostrar ao longo desse movimento é como as transformações sociais observadas ao longo do século XX transformaram o regime democrático representativo. Mas, ainda mais importante, não é que as instituições tradicionais de representação política tiveram sua capacidade de intermediação política esvaziada, muito pelo contrário, as mudanças descritas expõem os limites dessa representação. O déficit representativo citado acima e suas origens, como expomos nesta seção, advêm de demandas diferentes e mais intensas por representatividade. Assim, partidos políticos não são capazes de exercer aquelas funções para as quais não foram criados.

E nesse contexto que as tecnologias digitais podem contribuir para incrementar a participação política dos eleitores e diminuir o déficit representativo que detalhamos aqui. Antes de tudo, não propomos que a internet tenha potencial para atingir uma democracia direta. Em primeiro lugar, pois a participação política puramente digital pode comprometer, sim, a seriedade do processo político. Afinal, a participação política exclusivamente digital trivializa o processo político em si.

Em segundo lugar, em nossa interpretação, a internet não é capaz de conciliar a tensão exposta no início dessa seção. Isto é, 200 milhões de pessoas participando

⁴ Duverger chama esses partidos de “partidos de quadros”.

virtualmente de todas as decisões que impactam a sociedade não conseguirá produzir consenso, moderar a oposição, tampouco formar um regime governável.

Dessa forma, como coloca Wilson Gomes (2011), entendemos por democracia digital:

“[...] Qualquer forma de emprego de dispositivos (computadores, celulares, smart phones, palmtops, ipads...), aplicativos (programas) e ferramentas (fóruns, sites, redes sociais, medias sociais...) de tecnologias digitais de comunicação para suplementar, reforçar ou corrigir aspectos das práticas políticas e sociais do Estado e dos cidadãos, em benefício do teor democrático da comunidade política”. (Gomes, 2011, p.27-28).

II. Informação descentralizada e participação digital

O sociólogo espanhol Manuel Castells diz que a estrutura e a dinâmica da comunicação social são essenciais na formação da consciência e da opinião, e que a política é altamente dependente do espaço público da comunicação, uma vez é por meio dela que se dão as relações entre instituições e organizações da sociedade e as pessoas em seu conjunto. Com isso, “o processo político é transformado em função das condições da cultura da virtualidade real”.

Segundo o sociólogo, a capacidade de descentralização das redes de tecnologia digital permitiu a criação de sociedades em redes, que é outra maneira de se referir à globalização. Ele define a sociedade em rede como

“uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de computação e informação, fundamentadas na microeletrônica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes”. (Castells, 2005, p. 20).

As redes de comunicação digital são a coluna vertebral da sociedade em rede (Castells). O poder pulverizador de informações da Internet abalou as estruturas de poder econômico e político. Além disso, fragmentou as noções de espaço e tempo, uma vez que foi possível reunir e recombina informações, dados, multimídias e pessoas de todo o mundo, simultaneamente, em um mesmo hipertexto, tornando-a a forma mais rápida e eficiente de mobilizar as pessoas.

A partir da descentralização da fonte de informação por meios independentes de governos e da imprensa tradicional, escancarou-se o acesso àqueles munidos de uma conexão e lhes deu um novo poder: o de se apropriar da informação e retransmiti-la.

As novas tecnologias digitais de informação estabeleceram novos paradigmas para o relacionamento entre representados e seus representantes. Elas rompem a

comunicação unilateral da comunicação de massa, em que um enuncia para interlocutores difusos, e estabelece uma via de comunicação de mão dupla.

Vitor Leal Pinheiro, ativista e colaborador da Escola de Ativismo⁵ e em entrevista aos autores deste trabalho, diz que a explicação mais básica para a mudança de cultura trazida pelas ferramentas digitais, como o email e o serviço de microblogs Twitter, por exemplo, é que elas permitiram a maior troca de informação entre as pessoas, e, portanto, a possibilidade de se comunicar diretamente com seu representante. “Um eleitor, hoje, pode escrever até não diretamente para o representante, mas sobre ele, e esse representante saberá a respeito”.

Para Vitor, a Internet diminuiu a barreira de engajamento das pessoas, o que permite que aquelas que talvez não se engajassem antes, assumam posições, mesmo que virtualmente. “As pessoas passam a poder fazer alguma coisa, ou até querer, e acredito que com isso elas deem um primeiro passo, e possam tomar gosto pela coisa, e ir se envolvendo cada vez mais”, afirma Vitor.

Como explicitado na primeira seção, a democracia de público teve de reconfigurar seu programa político de forma mais genérica. Utilizando-se de um discurso uniforme para interlocutores difusos, transmitido de forma unilateral, provocou o afastamento dos representados e a noção de que não era possível influir nas decisões políticas, a não ser por meio do voto.

Ainda segundo o colaborador da Escola de Ativismo, a intensificação da troca de informações e maior possibilidade de os representantes informarem seus eleitores gera um nível de transparência possível maior.

Entende-se, pois, que com a difusão da informação através das redes, e por meio de ferramentas que viabilizam a comunicação em duas vias, os cidadãos passaram a poder exercer um poder de pressão de forma mais direta e ativa. Com isso, exigem maior participação na gestão pública.

Neste contexto, as tecnologias digitais inserem-se como plataformas para o incentivo ao debate público, na mobilização de pessoas em torno de uma causa e para fazer interpretações variadas de dados públicos, antes centralizados e sigilosos. Com isso, pretende-se oferecer um amplo leque de informações, a fim de auxiliar no exercício do voto.

⁵ A Escola de Ativismo foi criada em 2011 com a missão de promover e multiplicar processos de aprendizagem em ativismo. A proposta é construir e realizar programas de aprendizagem para dinamizar e potencializar as ações daqueles que trabalham pela garantia de direitos civis, humanos e da sustentabilidade.

Aproveitando-se do espaço de sociabilidade das redes, como define Castells, plataformas e aplicativos propõem-se a sistematizar dados públicos e construir conhecimento colaborativamente, com o intuito de aproximar cidadãos da gestão de seus representantes e supervisioná-los.

Como foi o caso de Nicolas Roque e Breno Assis, que ao perceberem uma carência de dados sobre os candidatos nas eleições municipais de 2012, resolveram desenvolver um portal e aplicativo com o objetivo de ajudar eleitores na escolha de candidatos e de acompanhar o seu desempenho. O portal “Desempenho Político”⁶ tem, segundo os seus idealizadores, “uma missão simples, porém inédita: medir o desempenho dos governantes, para além das pesquisas de opinião realizadas pela mídia”. O usuário pode interagir por meio de sua conta no Facebook, comparar os representantes, visualizar gráficos simples para dar maior esclarecimento às ações dos eleitos e terá a opção de “seguir” seu candidato e receber suas atualizações.

Além disso, o aplicativo disponibilizará um Índice de Desempenho Político (IDP), o qual irá se basear nas marcações e avaliações dos usuários para gerar um índice final sobre o desempenho do representante. “Após algum período, é possível obter uma métrica confiável e sempre atualizada do desempenho dos nossos governantes”, explicou Nicolas, em entrevista por email.

O portal também poderá ser utilizado pelo candidato ou representante. Ele terá acesso a dados gerados pela interação dos usuários com suas propostas e identificar as demandas, como por exemplo, qual de suas propostas ele poderá dar maior atenção de acordo com estas informações.

Para disponibilizar os dados sobre gastos, “ficha limpa” e propostas oficiais dos candidatos eleitos, o “Desempenho Político” retira as informações diretamente de órgãos federais e sites de transparência, uma vez que a disponibilidade pública destas foi garantida pela Lei de Acesso à Informação (lei Nº 12.527), e no site de dados abertos⁷.

Segundo Nicolas, a ideia do “Desenvolvimento Político” é oferecer insumo para que os eleitores possam fazer escolhas mais seguras na hora da votação. Para isso, desenvolveram uma plataforma digital que permite acessar com mais facilidade e clareza as propostas de candidatos, e acompanhar o desempenho dos eleitos. “As ferramentas digitais proporcionam um retorno mais rápido e eficaz, atingindo uma

⁶ Disponível em: <http://desempenhopolitico.com.br/> Último acesso: 28/10/2013.

⁷ Disponível em: <http://dados.gov.br/> Último acesso em: 28/10/2013.

grande massa de pessoas muito mais rápido que as formas tradicionais, e a política não pode mais ignorar esse fato”, defendeu um dos criadores do aplicativo.

III. “Ativismo de Sofá”

Outra ferramenta utilizada para a participação social e pressão política são as plataformas de abaixo-assinados, como os sites Change.org e Avaaz. É possível organizar petições para qualquer assunto e mobilizar pessoas em torno de uma causa por meio de campanhas.

O Change.org, que possui 40 milhões de usuários e está presente em 196 países, segundo o site, viabiliza campanhas mundiais e locais, articulando milhares de pessoas em um curto espaço de tempo. Por meio de campanhas nas redes sociais e coletas de assinaturas digitais, é possível exercer um poder de pressão real sobre os representantes. E não é preciso, necessariamente, de vultosas coletas de assinaturas, uma vez que a pressão exercida sensibilize a autoridade competente e alcance o seu objetivo.

Foi o caso da campanha contra a revisão do Gerenciamento Costeiro (GERCO) de Ilhabela, que obteve 34.875 assinaturas, e conseguiu provocar a desistência pelo governo da proposta de urbanização e especulação imobiliária de regiões da ilha paulista.⁸ O processo, desde o início da campanha até o fim exitoso, levou cerca de 60 dias. O abaixo-assinado contra a PEC 37, projeto de emenda constitucional que dispunha sobre o poder de investigação do Ministério Público, coletou 460.881 assinaturas em oito meses de campanha e também obteve vitória.

Em ambas as situações bem sucedidas, outras formas de pressão foram realizadas, como mobilização para presença em audiências públicas, cobranças diretas aos parlamentares e “twittaços”, campanhas realizadas via Twitter, em que as reivindicações difusas são filtradas por meio de uma “hashtag”, a fim de concentrar o volume de mensagens sobre o tema.

Apesar do evidente poder de pressão que redes sociais e plataformas digitais podem exercer nas decisões políticas, existe ainda uma falta de compreensão por parte da política institucionalizada em entender este fenômeno. O ciberativismo é, muitas vezes, chamado de forma pejorativa de “ativismo de sofá”. A política institucionalizada não percebe a mobilização através das redes como a expressão de demandas do mundo

⁸ Disponível em: <http://www.change.org/pt-BR/peti%C3%A7%C3%B5es/queremos-o-cancelamento-da-proposta-atual-de-gerenciamento-costeiro-para-ilhabela-e-a-rediscuss%C3%A3o-com-a-participa%C3%A7%C3%A3o-ativa-da-sociedade-civil> Último acesso em: 27/10/2013

“real”. No entanto, vale frisar que o uso dessas tecnologias não deve ser entendido como a única ferramenta de participação política, mas como forma complementar.

Ainda segundo Vitor Leal Pinheiro, existe um entrave geracional, pois quase não há representantes eleitos que nasceram na “era digital”, e que compreendem esta nova linguagem. “Como você consegue se comunicar e reivindicar usando uma linguagem que não é dominada pelo outro. Então, como é que o outro consegue responder a isso?”, problematizou. Existe ainda a falta de “escuta ativa” por parte dos políticos, para de fato ouvirem estas manifestações, e uma falta de compreensão pela geração nascida na “era digital” do poder político que possui.

Em sua visão, o papel do ciberativismo está em iniciar a pressão e intensificá-la, mobilizando pessoas que talvez não se manifestariam nos espaços públicos institucionalizados.

IV. Governo aberto

Transparência, acesso à informação e participação social são premissas do Governo Aberto, termo que conceitua iniciativas de países para garantir o poder de supervisão pela população, combater a corrupção e melhorar a *accountability* dos governos.

Para promover estas ações, os governos têm recorrido a ferramentas e plataformas digitais para reunir e disponibilizar dados e documentos, a fim de prestar contas de suas atividades e intensificar a participação da sociedade, embora não efetivem mecanismos de abertura à sociedade e de responsividade.

Em 2011, o Brasil liderou junto com os EUA uma Parceria para o Governo Aberto (Open Government Partnership⁹), a qual outros países também aderiram voluntariamente, e hoje são 58. A primeira versão de um plano de ações concretas foi elaborada pelo Brasil no momento da parceria, com adesão de cinco ministérios, que firmaram 32 compromissos.¹⁰

⁹ Disponível em:

<http://www.cgu.gov.br/PrevencaoDaCorrupcao/CompromissosInternacionais/GovernoAberto/oquee/index.asp> Último acesso 28/10/2013.

¹⁰ Disponível em:

<http://www.cgu.gov.br/PrevencaoDaCorrupcao/CompromissosInternacionais/GovernoAberto/plano-acao/primeiro-plano-acao.asp> Último acesso 28/10/2013.

Dois anos depois, uma segunda versão do plano¹¹ foi apresentada, com significativa ampliação da participação da sociedade. Oitenta representantes da organização civil participaram de discussões em debates virtuais e presenciais e totalizaram cerca de 30 propostas encaminhadas para incorporar o plano. Foram firmados 45 compromissos, adotados por 17 ministérios.

Esta abertura institucional, pelo menos em teoria, visa a aproximação entre Estado e sociedade, principalmente a partir da disponibilização de dados e transparência para que os cidadãos se apropriem da discussão e participem da gestão.

Além de espaços institucionais de debate, como conselhos participativos, abrem-se também possibilidades de participação pela Internet. Diversas plataformas colaborativas se propõem a reunir discussões da sociedade civil a fim de viabilizar políticas públicas, fazem o acompanhamento dos gastos em obras públicas, e supervisionam os mandatos dos políticos em todas as instâncias.

V. Considerações Finais

Grosso modo, uma maior participação política leva a uma representatividade maior. O que tentamos mostrar ao longo deste trabalho é, portanto, que a internet, as mídias digitais e as novas ferramentas digitais representarão, progressiva e eventualmente, mecanismos para se participar politicamente e adequar a cultura tecnológica ao cidadão contemporâneo, além de complementar a participação política institucionalizada. Sobretudo a partir das

“[...] profundas transformações no mundo contemporâneo globalizado e da enorme versatilidade dos agentes da esfera civil para construir modos alternativos, inéditos e até mesmo inesperados de atuação”.
(Maia, 2011, p.).

A ideia é que um dos aspectos mais promissores do uso político da internet e de outras ferramentas digitais é a possibilidade de se criar uma rede de ativismo transnacional sem precedentes até então. Contudo, devemos fazer algumas ressalvas.

A própria internet promove certa segregação. Lembremos que segundo recente estudo do IBGE no Programa Nacional por Amostra de Domicílios de 2011, embora o número de internautas no Brasil tenha crescido substancialmente nos últimos anos,

¹¹ Disponível em:

http://www.cgu.gov.br/PrevencaoodaCorrupcao/CompromissosInternacionais/GovernoAberto/documentos/arquivos/ogp-brasil-plano_acao2.pdf Último acesso 28/10/2013.

estão conectados “apenas” 46,5% dos brasileiros. Ademais, como aponta Marques (2011), também se questiona a qualidade do conteúdo disponível e as ameaças à privacidade dos cidadãos.

O fato é que a utilização da internet pode corroborar para um incremento da publicidade dos atos executados pelo Estado, da responsividade, isto é, do aumento do controle que cidadãos têm sobre o Estado e da abertura que o Estado assegura para opinião pública (Silva, 2011).

Seguindo a linha de Sivaldo Pereira da Silva, é inegável o avanço que se tem feito no aumento da transparência do Estado. No Brasil, o marco foi a Lei de Acesso à Informação, por exemplo. Ao passo que nas outras duas instâncias o avanço não foi significativo. Faltam ainda mecanismos que deem respostas às demandas dos cidadãos.

Assim como o advento da TV ou do rádio representou a transformação dos parâmetros que atuavam na representação e participação política no século XX, sustentamos que o mesmo pode acontecer com a internet, ao inaugurar novas condições estruturais que, como coloca Trivinho, já implodiram a Teoria da Comunicação.

Isso acontece, pois, segundo Lévy e Lemos (2010), não há governança sem circuito de comunicação, afinal, a ausência desse circuito impediria o reconhecimento de que indivíduos estão interconectados entre si. Com um veículo de comunicação como a Internet, que reduziu os veículos de comunicação de massa a plataformas de venda de produtos ou apenas veículos de transporte passivo de informação, implodiu-se a percepção de que o debate se encerra no emissor e no receptor. Logo, o circuito comunicativo será profundamente alterado ante as novas condições estruturais.

O ciberespaço é um novo espaço público para discussão, formação de opinião, participação e deliberação. No entanto, não é tudo. Se a internet oferece oportunidades únicas e infinitas à sociedade, também oferece ao Estado possibilidades para aprofundar o processo de “assujeitamento” de Foucault.

O Estado passa a ter agora novos mecanismos para identificar e controlar os indivíduos de determinada sociedade. A partir dos nossos próprios *smartphones* o Estado é capaz de descobrir onde estamos, com quem estamos conectados, nossas opiniões, atividades, etc. Nossa vida, em resumo. Alguns autores elucidam até a possibilidade da constituição de um novo totalitarismo (Lemos e Lévy, 2010).

Assim sendo, o sentido que seguirá a utilização da Internet e ferramentas digitais no médio e longo prazo não está ainda definido. O advento da internet gerou, assim, uma tensão entre sociedade e Estado, em que a primeira entidade objetiva o aumento de seu controle sobre a segunda.

Como bem coloca Bustamante (2010), caminhamos para uma “hipocidadania” ou uma “hipercidadania”? Ou seja, o pêndulo, no uso de ferramentas digitais, penderá a favor das instituições do Estado, com aumento do controle social, monopolização dos padrões de hardwares e o fomento do uso superficial das redes sociais, ou penderá a favor do cidadão com um exercício mais profundo de participação política, com empoderamento dos indivíduos e reconhecimento do acesso à Internet como um direito universal, como apontou o Conselho de Direitos Humanos em 2011?

Evidente que pelos propósitos desse trabalho problematizamos o emprego das ferramentas digitais para a constituição de uma esfera pública ampliada. Logo, como exposto na introdução, o propósito do trabalho é de apenas iniciar a discussão entre Ciência Política e as tecnologias digitais e não concluir acerca dos problemas que emergem dessa relação.

Bibliografia

BUSTAMANTE, Javier. “Poder comunicativo, ecossistemas digitais e cidadania digital”. IN: Silveira, Sergio A (Org). *Cidadania e redes digitais*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2010.

CASTELLS, Manuel. “A sociedade em rede: do conhecimento à política”. IN: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Orgs). *A sociedade em rede: do conhecimento à política*. Belém: Conferência promovida pelo Presidente da República (Portugal), 4 e 5 de março de 2005.

_____. *Comunicación y poder*. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

- DUVERGER, Maurice. “Os partidos políticos”. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1980.
- GOMES, Wilson. “Participação política online: questões e hipóteses de trabalho”. IN: MAIA, Rousiley C. M.; MARQUES, Francisco P. J. A.; GOMES, Wilson (Orgs). *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- HUMAN RIGHTS COUNCIL, United Nations. *Report of the Special Rapporteur on the promotion and protection of the right to freedom of opinion and expression (A/HRC/17/27)*. LA RUE, Frank (Org), 2011.
- KIRCHHEIMER, Otto. “The Transformation of the Western European Party Systems”. IN: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (Orgs). *Political Parties and Political Development*. Princeton: Princeton University Press, 1966.
- LE MOS, André; LÉVY, Pierre. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010.
- MAIA, Rousiley. “Internet e esfera civil: Limites e alcances da participação política”. IN: MAIA, Rousiley C. M.; MARQUES, Francisco P. J. A.; GOMES, Wilson (Orgs). *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- MARQUES, Francisco P. J. A. “Participação, instituições políticas e internet: Um exame dos canais participativos presentes nos Portais da Câmara e da Presidência no Brasil”. IN: MAIA, Rousiley C. M.; MARQUES, Francisco P. J. A.; GOMES, Wilson (Orgs). *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- MIOLA, Edna. “Iniciativas institucionais de deliberação online: Um estudo do fórum de discussão do portal da Câmara dos Deputados”. IN: MAIA, Rousiley C. M.; MARQUES, Francisco P. J. A.; GOMES, Wilson (Orgs). *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMÍCILOS. *Acesso à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal: 2011*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- ROTHBERG, Danilo. *Por uma agenda de pesquisa em democracia eletrônica*. Campinas: Revista Opinião Pública, vol. 14, nº 1, p. 149 – 172, junho, 2008.
- SILVA, Sivaldo P. “Exigências democráticas e dimensões analíticas para a interface digital do Estado”. IN: MAIA, Rousiley C. M.; MARQUES, Francisco P. J. A.;

GOMES, Wilson (Orgs). *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

TRIVINHO, Eugênio. *Epistemologia em ruínas: a implosão da Teoria da Comunicação na experiência do cyberspace*. Porto Alegre: Revista FAMECOS, nº5. p. 73 – 81, novembro, 1996.